

4. MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

4.1. Planejamento Estratégico

No período destacam-se encontros de integrantes da DPE com os gestores das ações (projetos e atividades) visando o monitoramento das ações. Tais reuniões visaram suprimir problemas advindos de inconsistências do módulo de Planejamento Estratégico no SIAP (Sistema Interno de Administração Pública). Tal módulo objetiva disponibilizar as informações prestadas pelos coordenadores das atividades e projetos a todos os servidores do Tribunal, possibilitando maior transparência ao processo, e é uma das bases às avaliações periódicas mensais realizadas pelo Comitê de Gestão Estratégica (CGE), composto pelo chefe de gabinete da presidência, assessor da presidência, diretores gerais e integrantes da Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais.

4.2. PROMOEX



O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina é integrante do Programa de Modernização do Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros - Promoex.

O Promoex tem por objetivo o fortalecimento institucional e a modernização do sistema de controle externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios, garantindo sua integração nacional e aumentando a eficiência e eficácia das ações de fiscalização e controle, com a finalidade de servir de instrumento de cidadania e contribuir para a efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Este Programa conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com previsão de aplicação de cerca de US\$ 64 milhões, distribuídos entre todos os tribunais de contas do País. Sendo US\$ 38,6 milhões com recursos financiados pelo BID através do contrato de empréstimo 1628/OC-BR, firmado em 14/09/2005 com o Governo Federal, tendo como Mutuário a República Federativa do Brasil, Executor Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, subexecutores Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os Recursos Adicionais (local) estão assim distribuídos: Governo Federal, US\$ 25,8 milhões, e Subexecutores, US\$ 21,9 milhões.

O financiamento tem como mutuário a União, que repassa os recursos aos tribunais de contas estaduais e municipais e do Distrito Federal, por meio de convênio celebrado com o Ministério do Planejamento e Gestão.

A meta do programa é agilizar a tramitação dos processos, priorizar a modernização de procedimentos, incluindo a ampliação da informatização, e intensificar o aprimoramento do corpo técnico, a interação entre os organismos de controle público e a aproximação com a sociedade.

Em 03/04/2006 este Tribunal de Contas aderiu o referido programa através do Convênio MP/PROMOEX nº 011/2006, firmado com Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP (publicado no Diário Oficial da União nº 72, de 13/04/2006, seção 3, página 106) que previa a transferência de recursos financeiros no montante de R\$ 3.358.879,20 (três milhões trezentos e cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e nove reais e vinte centavos), e como contrapartida local 40% do valor a ser transferido, ou seja, R\$ 2.239.252,80 (dois milhões

duzentos e trinta e nove mil duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos), totalizando um investimento de R\$ 5.598.132,00 (cinco milhões quinhentos e noventa e oito mil cento e trinta e dois reais). No segundo trimestre do ano de 2009, foi assinado o 1º Termo Aditivo, com objetivo de prorrogar o prazo de execução do Programa e vigência do Convênio para 31 de dezembro de 2010, bem como alterar os valores conveniados em função da variação cambial. Assim sendo, os valores passaram a retratar os seguintes montantes:

“.....valor global de R\$ 4.020.901,50 (equivalente a US\$ 1.971.030,15), sendo R\$2.362.797,78 (equivalente a US\$ 1.158.234,21) o valor total de recursos, dividido em repasses anuais, via convênio, e R\$ 1.658.103,72 (equivalente a US\$ 812.795,94) o valor que o Tribunal oferecerá em contrapartida. A taxa de câmbio, para a equivalência em dólar descrita acima, é de R\$ 2,04 = US\$ 1,00, especificada na grade de parâmetros para a Programação Financeira Federal para 2009.”

Até o quarto trimestre do exercício de 2010, o Governo Federal repassou ao TCE/SC o montante de R\$ 1.772.348,91 (um milhão setecentos e setenta e dois mil trezentos e quarenta e oito reais e noventa e um centavos), ou seja, 75,01% do total previsto no convênio (R\$2.362.797,78) (aditivo).

Do total transferido já foram efetivamente aplicados R\$ 1.302.203,95 (um milhão trezentos e dois mil duzentos e três reais e noventa e cinco centavos), ou seja, 73,47%.

Foi encaminhado para a Direção Nacional do PROMOEX o plano de aquisição para o ano de 2011, prevendo investimentos no valor de R\$ 1.042.556,91 (por extenso), distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Recursos BID	Recursos TCE	Total
Aquisição de Bens	252.142,76	75.000,00	327.142,76
Contratação de Serviços	358.230,35	135.062,65	493.293,00
Contratação de Consultoria	134.209,80	87.911,35	222.121,15
Total	744.582,91	297.974,00	1.042.556,91

Desde o início das atividades, o Programa já aplicou recursos financeiros de forma efetiva num montante de R\$2.451.399,93 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos), representando 62,25% do programado, sendo R\$1.302.203,95 (um milhão trezentos e dois mil duzentos e três reais e noventa e cinco centavos) dos recursos transferidos pelo BID, bem como dos resultados da aplicação financeira e R\$1.149.195,98 (um milhão cento e quarenta e nove mil cento e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos) da contrapartida do TCE/SC.

No quarto trimestre de 2010, o Tribunal de Contas investiu o montante de R\$ 323.667,64 (trezentos e vinte e três mil seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), dos quais R\$ 267.602,59 (duzentos e sessenta e sete mil seiscentos e dois reais e cinquenta e nove centavos) são originários da fonte de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e R\$ 56.075,05 (cinquenta e seis mil setenta e cinco reais e cinco centavos), da contrapartida deste Tribunal.

TABELA 21 - RESUMO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROMOEX POR ELEMENTO DE DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	FONTE	ORÇADO	EXECUTADO	Em R\$	
				SALDO	
CONTRIBUIÇÕES	TCESC	96.950,00	77.427,00	19.523,00	
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	MP/BID	-	-	-	
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	TCESC	-	-	-	
DIÁRIAS - CIVIL	MP/BID	378.254,93	240.499,25	137.755,68	
DIÁRIAS - CIVIL	TCESC	143.937,56	105.063,17	38.874,39	
MATERIAL DE CONSUMO	MP/BID	111.450,77	50.293,00	61.157,77	
MATERIAL DE CONSUMO	TCESC	194.309,07	78.270,13	116.038,94	
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	MP/BID	240.495,16	161.728,08	78.767,08	
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	TCESC	104.540,03	93.012,45	11.527,58	
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	MP/BID	513.863,84	341.140,35	172.723,49	
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	TCESC	165.551,51	84.378,03	81.173,48	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA FÍSICA	MP/BID	56.948,18	26.336,16	30.612,02	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA FÍSICA	TCESC	35.647,85	11.249,30	24.398,55	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	MP/BID	414.402,33	86.967,30	327.435,03	
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA	TCESC	307.726,58	173.259,78	134.466,80	
OBRAS E INSTALAÇÕES	MP/BID	-	-	-	
OBRAS E INSTALAÇÕES	TCESC	57.281,19	57.281,19	-	
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	MP/BID	647.382,57	395.239,81	252.142,76	
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	TCESC	469.254,93	469.254,93	-	
SUBTOTAL		3.937.996,50	2.451.399,93	1.486.596,57	
IMPREVISTOS TCESC		82.905,00	-	82.905,00	
VALORES FINAIS DA CONTRAPARTIDA LOCAL E DO PROJETO		4.020.901,50	2.451.399,93	1.569.501,57	
% DE EXECUÇÃO		100,00%	60,97%	39,03%	

Fonte: DPE

TABELA 22 - RESUMO DA EXECUÇÃO POR COMPONENTE E SUBCOMPONENTE DO PROJETO

COMPONENTE/SUBCOMPONENTE	Em R\$		
	BID	TCESC	TOTAL
FORTEALECIMENTO E INTEGRAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO ÂMBITO NACIONAL	100.855,85	195.406,23	296.262,08
• DESENVOLVIMENTO DE VÍNCULOS INTER-INSTITUCIONAIS ENTRE OS TRIBUNAIS DE CONTAS E DESTES COM O GOVERNO FEDERAL	9.018,70	83.496,71	92.515,41
• REDESENHO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE EXTERNO, CONTEMPLANDO O CUMPRIMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	64.907,97	58.744,02	123.651,99
• DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS E GESTÃO DE SOLUÇÕES COMPARTILHADAS E DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	26.929,18	53.165,50	80.094,68
MODERNIZAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	1.153.785,11	890.929,60	2.044.714,71
• DESENVOLVIMENTO DE VÍNCULOS INTERNACIONAIS COM OUTROS PODERES E INSTITUIÇÕES DOS TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO E COM A SOCIEDADE	75.085,26	150.811,26	225.896,52
• INTEGRAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO CICLO DE GESTÃO GOVERNAMENTAL	333.425,60	172.881,14	506.306,74
• REDESENHO DOS MÉTODOS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLE EXTERNO	441.172,40	100.785,29	541.957,69
• PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E APRIMORAMENTO GERENCIAL	5.949,45	31.682,09	37.631,54
• DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA E DA GESTÃO DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	238.357,61	399.414,02	637.771,63
• ADEQUAÇÃO DA POLÍTICA E GESTÃO DE PESSOAL	59.794,79	35.355,80	95.150,59
ADMINISTRAÇÃO	47.562,99	62.860,15	110.423,14
• ADMINISTRAÇÃO	31.860,46	51.953,76	83.814,22
• MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO	15.702,53	10.906,39	26.608,92
TOTAL EXECUTADO	1.302.203,95	1.149.195,98	2.451.399,93

Fonte: DPE

4.3. Ouvidoria

No trimestre, a Ouvidoria recebeu 197 manifestações. Destas, 7,61% referiam-se a solicitações de informações técnicas e sobre a legislação utilizada pelo TCE, no exercício de suas funções constitucionais, conforme demonstra a Tabela 23.

TABELA 23 – Descrição das demandas registradas

Natureza da Demanda	Quantidade	%
Críticas	3	1,52
Sugestões	3	1,52
Reclamações	50	25,38
Solicitações de Informações	117	59,39
Fornecimento de Informações	15	7,61
Outros	9	4,57
Total	197	100,00

Fonte: Ouvidoria

O Portal do TCE/SC destacou-se como o acesso mais utilizado à Ouvidoria, conforme dados da Tabela 24.

TABELA 24 – Meios de acessos à Ouvidoria

Natureza da Demanda	Quantidade	%
Carta	-	-
Email	56	28,43
Fax	-	-
Portal do TCE	139	70,56
Atendimento Pessoal	2	1,02
Total	197	100,00

Fonte: Ouvidoria

4.4. Divulgação Institucional

O TCE/SC tem procurado mostrar à sociedade a importância do controle externo, bem como a divulgação de sua missão institucional, o seu campo de atuação e suas principais ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se o papel da Assessoria de Comunicação (ACOM) através do envio de releases para a imprensa, produção de matérias para internet e intranet e da elaboração de livros, manuais e informativos, entre outros.

No tocante às atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação, no quarto trimestre de 2010, cabe registrar as principais ações de comunicação interna e externa demonstrados nas tabelas 25 a 30.

4.4.1. Comunicação Interna

TABELA 25 - MATÉRIAS SELECIONADAS PARA O CLIPPING ELETRÔNICO

Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO ESTADUAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO REGIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO NACIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de sites e blogs, que citam ou não o TCE	Total de Matérias selecionadas
1.833	128	428	296	2.685

Fonte: ACOM

TABELA 26 – MATÉRIAS DIVULGADAS AO PÚBLICO INTERNO

Matérias publicadas na intranet	Comunicação Sistema Interno de Som	E-mails encaminhados para o público interno - “Notas para reforçar matérias publicadas na intranet”
89	3	14

Fonte: ACOM

4.4.2. Comunicação Externa

TABELA 27 – MATÉRIAS ENVIADAS À IMPRENSA

Releases encaminhados	Releases aproveitados pela imprensa	Matérias publicadas decorrentes de releases
36	30	293

Fonte: ACOM

TABELA 28 - MATÉRIAS QUE MENCIONAM O TCE

Publicadas em jornais e revistas ¹	Publicadas em blogs e sites	Veiculadas em TVs ²	Veiculadas em Rádios ³	Total ⁴
231	161	46	334	772

Fonte: ACOM

1- De circulação regional, estadual ou nacional. 2 - Fonte: monitoramento feito nas TVs locais e estaduais, pela TV Clipagem. 3 - Fonte: monitoramento feito nas rádios locais CBN Diário, Guararema e Guarujá, pela TV Clipagem. 4 - A contagem de matérias que citam o TCE baseia-se em pesquisa realizada, diariamente, em cerca de 100 fontes. Por isso, é provável que o número de matérias veiculadas na imprensa que citam o TCE seja ainda maior do que o mensurado pela ACOM

TABELA 29 - MATÉRIAS PUBLICADAS NOS JORNAIS DO INTERIOR

Matérias que citam o TCE nos jornais do interior	Releases encaminhados	Releases aproveitados em jornais do interior	Matérias decorrentes dos releases aproveitados
96	36	8	30

Fonte: ACOM

TABELA 30 - MATÉRIAS PUBLICADAS POR COLUNISTAS

Notas de colunistas que citam o TCE	Releases aproveitados em notas de colunistas	Notas decorrentes dos releases aproveitados
65	14	16

Fonte: ACOM

4.5. Convênios e Acordos de Cooperação

O Tribunal de Contas de Santa Catarina tem intensificado a cooperação e a troca de informações com órgãos e entidades cujas atividades estão envolvidas com o controle de despesas públicas, objetivando o aprimoramento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização.

A tabela a seguir apresenta os Convênios e Acordos de Cooperação, assinados no quarto trimestre de 2010.

TABELA 31 - CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
20.103/ 2010-0	TERMO DE CONVÊNIO	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	Promover a interligação dos Sistemas Informatizados entre a JUCESC e o TCE/SC, utilizando os recursos tecnológicos disponíveis, visando a consecução de meios de acesso para pesquisas mútuas à base de dados de ambos os sistemas.	SEM	DOE/SC, nº 18.953, de 19/10/2010, p. 5
0028/2010	PROTOCOLO DE INTENÇÕES	SENADO FEDERAL / INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO - ILB	PROMOVER A COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA E CULTURAL E O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES E EXPERIÊNCIAS, VISANDO À FORMAÇÃO, AO APERFEIÇOAMENTO E À ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA DE RECURSOS HUMANOS, BEM COMO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, MEDIANTE IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE INTERESSES COMUNS.	SEM	DOU/BR, nº 216, de 11/11/2010, p. 445
S/Nº	1º TERMO ADITIVO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	DIVERSOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E ENTIDADES, NO ESTADO DE SANTA CATARINA	ARTICULAR AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, COMBATE À CORRUPÇÃO, CONTROLE SOCIAL E ADESÃO À REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA.	SEM	DOU/BR, nº 222, de 22/11/2010, p. 171
11/2006	2º TERMO ADITIVO /2010	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - MP	PRORROGA A VIGÊNCIA DO CONVÊNIO ATÉ 31/03/2011. VIGÊNCIA DE 13/04/2006 A 31/03/2011.	SEM	DOU/BR, nº 244/Seção 3, de 22/12/2010, p. 199

Fonte: Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais - DPE